



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

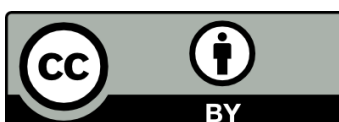
Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.



S U M Á R I O

2 | *China e Índia – Emergência e Impacto Cultural*

Paulo Antônio Pereira Pinto

5 | *O Terrorismo Internacional como Sintoma de Ordenamento*

Hugo Arend

8 | *O Brasil no espaço: reflexões sobre a Missão Centenário*

Thiago Gehre Galvão

12 | *Estados Unidos-Índia: aproximação militar ou comercial?*

Virgílio Arraes

14 | *O falso anti-americanismo do Governo Lula*

Carlos Ribeiro Santana

RESENHA

16 | *Os italianos*

Paulo Henrique Soares

Estados Unidos-Índia: aproximação militar ou comercial?

Virgílio Arraes *

Constatada a ineficácia da diretriz adotada no Afeganistão – a do confronto militar – bem como a da perfilhada no Paquistão – a da diplomacia – para limitar a expansão do fundamentalismo muçulmano ao conjugá-lo parcialmente com o terrorismo, o governo norte-americano optou por aproximar-se mais da Índia, mediante significativa concessão militar, como modo de contrabalançar seu desgaste na região a partir de 2002.

É possível que tal alteração derive em parte da redistribuição interna de poder na Casa Branca: o grupo representado pelo Vice-Presidente, Dick Cheney, e pelo Ministro da Defesa, Donald Rumsfeld, está em descenso relativo desde que a via bélica atolou nas areias iraquianas. A própria unidade do grupo esfacelou-se paralelamente: Paul Wolfowitz rumou para assumir a titularidade do Banco Mundial em janeiro de 2005; John Bolton foi para a Embaixada na Organização das Nações Unidas em agosto de 2005; no mesmo mês, Douglas Feith solicitou a sua exoneração; por fim, dois meses mais tarde, o próprio Chefe de Gabinete de Cheney, Lewis Libby, requestou sua saída.

Todavia, a visita do Presidente George Bush ao país, na primeira semana de março último, não se notabilizou por uma recepção calorosa por parte da população da capital. Bush não discursaria nem no Congresso, por causa da possibilidade de alguns parlamentares embarçarem-no com protestos, nem no Forte Vermelho (Lal Qil'ah), lugar onde anualmente no mês de agosto o Primeiro-Ministro celebra tradicionalmente o dia da independência do país (15/08/1947). Sua mensagem aos indianos seria em localidade mais discreta, com seleta platéia, de forma que afastasse a eventualidade de protestos populares, especialmente por parte da comunidade muçulmana.

Não obstante ser partidário do belicismo, Bush visitaria paradoxalmente o túmulo de Gandhi.

A aproximação norte-americana busca suplantando a colaboração militar europeia efetivada há alguns anos, antes do atentado terrorista de setembro de 2001. Na última década do século XX, à medida que os Estados Unidos aproximavam-se mais do Paquistão, em contenda com a Índia por causa da Caxemira, nos últimos anos, Rússia e França observariam neste relacionamento a oportunidade para comercializar tecnologia de ponta com a Índia por meio de exportações e de investimento externo direto.

Destaque-se que, no entanto, tanto França como Estados Unidos, abastecem, ainda que em menor escala respectivamente, Paquistão e Índia, principalmente nos últimos anos, sob a justificativa de combate ao terrorismo fundamentalista. Há anos, ambos são detentores publicamente de arsenais atômicos consideráveis. Deste modo, a diplomacia norte-americana delineou um molde *ad hoc* para enquadrar os indianos, expresso por meio de um acordo singular.

A formalização de tal entendimento representa menoscabo explícito ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), de julho de 1968. À primeira vista, aquele sinaliza ser prioritariamente militar, até por nele vislumbrar-se o esboço de uma política de contenção da China, mas há também reflexos com impacto significativo no comércio, ao viabilizar a transferência de tecnologia para a aplicação civil da energia atômica. Destarte, catorze dos vinte e dois reatores indianos serão submetidos a inspeções internacionais por meio da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Contudo, caberá ao governo indiano indicar preliminarmente a rubrica civil ou militar para as unidades.

Se houver a ratificação do ajuste pelo Congresso dos Estados Unidos, a Índia afastar-se-ia da condição de 'pária' nuclear, que atualmente ostenta por não ter-se submetido às condições do TNP, subscrito por mais de 180 países. No entanto, a sua situação perante a comunidade internacional permanecerá intocável, porquanto as diretrizes postas à mesa pelo governo Bush chocam-se com as linhas mestras do TNP e da própria legislação americana.

Destarte, a política externa norte-americana decide unilateralmente quais países estariam aptos a ter programas nucleares militares, pondo de lado o ideário do desarmamento multilateral progressivo. Armas nucleares por si sós não seriam mais observadas como problemáticas, mas sim os seus eventuais detentores. Todavia, se a composição com a Índia é apresentada aos olhos da sociedade internacional como uma ação de êxito, como desestimular, no momento, o comportamento da Coreia do Norte, Irã ou mesmo do aliado norte-americano Paquistão em busca da diversificação de seus armamentos?

Os conservadores apontam que o cenário em que nasceu o TNP já não vige, de sorte que resta aos

Estados Unidos negociar caso a caso, com vistas a separar países pacíficos ou 'responsáveis' dos renegados como Irã ou Coreia do Norte. Entretanto, países tidos em alta conta hoje, como África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, Japão ou Turquia, poderiam alterar suas políticas externas, de modo que se contrapusessem à dos Estados Unidos.

Certamente, há considerações de ordem comercial como a possibilidade de os norte-americanos fornecerem a maioria dos oito reatores a serem comprados pelos indianos até 2012. Relembre-se que o Grupo de Supridores/ Fornecedores Nucleares, do qual o Brasil faz parte desde abril de 1996, foi criado em 1975 em decorrência da primeira explosão nuclear da Índia em 1974. Constatou-se que o plutônio utilizado fora provido de um reator canadense, com combustível norte-americano, fornecido naturalmente para fins civis. Assim, em função do duplo uso da tecnologia nuclear, países agruparam-se gradativamente, de maneira que se supervisionasse e, portanto, se limitasse a exportação de materiais de tal porte. Novamente, é possível que a Índia influencie os rumos da cooperação nuclear internacional.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".